

VIOLÊNCIA LINGUÍSTICA CONTRA GÊNERO LGBTQI+: ENTEXTUALIZAÇÃO DO DISCURSO SEXOPOLÍTICO

LINGUISTIC VIOLENCE AGAINST LGBTQI+ GENDER: ENTEXTUALIZATION OF THE SEXPOLITICAL DISCOURSE

Dina Maria Martins Ferreira*

Ivonildo da Silva Reis**

RESUMO: A partir da concepção de língua como fenômeno social, este trabalho aborda a violência linguística contra gênero LGBTQI+, tendo, como *corpus* analítico, notícia de 10 de novembro de 2020, veiculada pelo portal eletrônico *GI.com*, na qual o presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, classifica o Brasil como “um país de maricas”. Nosso percurso teórico-metodológico se baseia na visão performativa da linguagem (AUSTIN, 1990), de que forma as relações de gênero se dão (BUTLER, 1997, 2003; PRECIADO, 2011; LOURO, 2000), como a violência linguística se estabelece na linguagem (SILVA; ALENCAR, 2014, 2013) e de que maneira se dá a entextualização (BAUMAN; BRIGGS, 2006), via pistas indexais da ordem da referência, predicação e modalização epistêmica (SILVERSTEIN, 2003; WHORTHAM, 2001). E por esta análise a heteronormatividade é essencializada, expurgando sujeitos LGBTQI+s.

PALAVRAS-CHAVE: Violência linguística; Gênero; (Re-)(en-)(con-)textualização

ABSTRACT: Based on the conception of language as a social phenomenon, this paper addresses the linguistic violence against LGBTQI + gender, with the analytical corpus, news of November 10, 2020, transmitted by the electronic portal *GI.com*, in which the President of the Republic, Jair Messias Bolsonaro, classifies Brazil as “a country

* 2º pós-doutorado, em Ciências Sociais, pela Université Paris V, Sorbonne, em co-tutoria em Estudos da Linguagem, pelo Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp (2009-2010); 1º pós-doutorado em Pragmática, pelo Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp (2002-2003); doutorado em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1995); mestrado em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1988). Pesquisadora do Centre d'Études sur la Université Paris V, Sorbonne. Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade Estadual do Ceará. Autora de 5 livros, organização de 7 livros, capítulo de livros, artigos nacionais e internacionais, em torno de 100. Coordenadora de grupo de pesquisa na UECE e co-coordenadora de grupo de pesquisa na UNICAMP; parecerista de várias revistas, e parecerista *ad hoc* da FAPESP e do MEC. E-mail: dinaferreira@terra.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2585-497X>.

** Doutorando em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará. Professor efetivo da Secretaria de Educação do Estado do Ceará. E-mail: ivonildo.reis@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9179-3928>.

of sissies". Our theoretical-methodological path is based on the performative view of language (AUSTIN, 1990), how queer theory explains gender relations (BUTLER, 1997, 2003; PRECIADO, 2011; LOURO, 2000), how linguistic violence is established in language (SILVA; ALENCAR, 2014, 2013), and how entextualization occurs (BAUMAN; BRIGGS, 2006), via index clues in the order of referencing, predication and epistemic modalization (SILVERSTEIN, 2003; WHORTHAM, 2001). And through this analysis, heteronormativity is essentialized, purging LGBTQI+ subjects.

KEYWORDS: Linguistic violence; Gender; (Re-)(en-)(con-)textualization

INTRODUÇÃO

Este texto reconhece a linguagem e o sujeito como entidades sociais. Nesse sentido, o ato linguístico socialmente situado é analisado a partir da visão performativa da linguagem, derivando desse quadro teórico as noções de gênero, violência linguística contra gêneros LGBTQI+, entextualização, bem como as categorias analíticas de indexabilidade utilizadas para compreender tais fenômenos linguísticos.

Colocamos em tela uma concepção de linguagem essencializada, em que os significados são tidos como prévios ao uso e, nesse sentido, gênero é confundido com caracteres biológicos. Contrapondo-nos a essa concepção ontológica, instanciamos nossas discussões na *práxis* cotidiana, em que relações assimétricas de poder amalgamam-se às identidades de gênero que nelas se embatem. A visão ontológica do sujeito, expressa pelo essencialismo cartesiano na modernidade, tendo, porém, sua origem nos postulados aristotélicos, gera a falsa noção de que existe uma essência do gênero, noção culturalmente marcada pela dicotomia masculino/feminino, evidenciada numa concepção essencialista/representacionista da linguagem. Originário das distinções biológicas entre macho e fêmea, tal pensamento encapsulou e assimilou a diferenciação de sexo, criando uma heterossexualidade compulsória e a consequente marginalização dos gêneros dissonantes. O traço marcante de uma cultura com tais traços vinculantes ao sexo é que este se torna o ordenamento primeiro da constituição do sujeito. Essa concepção pode ter por consequência o uso da violência através da linguagem, geradora e resultante de relações assimétricas de poder.

Compreender a constituição das relações sociais na e pela linguagem implica reconhecer os fenômenos de dominação e exclusão que as permeiam. O presente estudo aborda a violência linguística contra gêneros não-normativos como elemento causador de um discurso sexopolítico, ou seja, em que práticas sexuais relacionadas a afetos e desejos são usadas com a finalidade de manter a hegemonia heterossexual e a consequente marginalização de gêneros não filiados ao padrão binário masculino/feminino.

Analisamos aqui uma notícia veiculada pelo portal de notícias *GI.com*, em 10 de novembro de 2020, na qual o presidente da república brasileira, Sr. Jair Messias Bolsonaro, conclama o povo desta nação, no enfrentamento da pandemia gerada pela COVID-19, a deixar de ser “um país de maricas”.

Os sentidos gerados por essa enunciação relacionam-se ao contexto imediato, mas, ao mesmo tempo, retomam outros contextos, através do processo de entextualização (BAUMAN; BRIGGS, 2006). Pretendemos, assim, explicitar como tal ressignificação é responsável pela violência contra os gêneros LGBTQI+, entendendo que “cada momento único, presente e singular, de realização do ato é um momento já acontecido, em acontecimento, a acontecer” (PINTO, 2002a, p. 80).

No tratamento do corpo linguístico em análise, valemo-nos da indexicalidade (SILVERSTEIN, 2003) e das pistas indexicais (WHORTHAM, 2001) em que se reconhecem as propriedades de significado que se dão em níveis extralinguísticos por meio do diálogo entre contextos anteriores e presentes.

LINGUAGEM PERFORMATIVA

Enquanto tentativa filosófica de uma construção epistemológica para as ciências, Peirce (1983) advoga que uma proposição só pode ser considerada verdadeira dependendo de seus efeitos práticos. Essa é a base da Pragmática, a qual se desenvolve no ramo da Linguística Aplicada e cujos estudos ligamos às noções de gênero aqui defendidas, conforme se verifica adiante.

Austin (1990) e Wittgenstein (1999) negam os paradigmas da Filosofia Analítica, a qual creditava à linguagem apenas o papel de representação (e, portanto, de verificação) do mundo. Ligam-se assim mais propriamente à filosofia da linguagem ordinária, que trata do sentido que as palavras podem adquirir no uso cotidiano. Tais autores são responsáveis por uma virada pragmática na Filosofia da Linguagem (Austin com a noção de performatividade e Wittgenstein com os jogos de linguagem) ao não adotarem a distinção entre ato constativo (descrição do mundo) e ato performativo (ação sobre o mundo).

Estabelecida a não bipolaridade constativo/performativo, podemos dizer que uma sentença ao ser proferida se torna um ato, desde que se levem em conta as condições de sua produção. Benveniste (1991), já transportando o pensamento filosófico para a linguística, numa leitura de Austin, detém-se em descrever as características verbais dos enunciados, atentando, porém, para o fato de que “as estruturas linguísticas características dos enunciados performativos não operam de maneira autônoma; elas necessitam de um contexto, de convenções ritualizadas para realizarem seu efeito” (PINTO, 2002a, p. 75). Esta premissa nos encaminha para a relação contexto-cultura como elemento fundamental para a constituição dos atos de fala. Esclarecendo melhor, “são as condições do ato de fala, e não sua fórmula em palavras, que operam o performativo” (PINTO, 2002a, p. 76).

Importante aqui mencionar que o ato de fala, no momento do *uptake* (AUSTIN, 1990), entendido como o reconhecimento de que a significação está assegurada entre os interlocutores, provoca efeitos perlocucionais que podem gerar um *continuum* de outros atos de fala de onde podemos reconhecer sentidos ideológicos da ordem da exclusão e da violência.

GÊNERO E PERFORMATIVIDADE

Encaminhando-nos para o tratamento do gênero, abordamos a convenção ritualizada, baseados principalmente nas ideias apresentadas por Butler (2003), para quem o gênero é uma construção performativa. Assim, cabe-nos entender que os conceitos de masculino e feminino, tidos como prévios, precisam ser compreendidos não apenas como categorizações biológicas, devido a eles estarem inevitavelmente ligados a uma estrutura social, assim definida por Preciado (2011, p. 11):

A sexopolítica é uma das formas dominantes da ação biopolítica no capitalismo contemporâneo. Com ela, o sexo (os órgãos chamados “sexuais”, as práticas sexuais e também os códigos de masculinidade e de feminilidade, as identidades sexuais normais e desviantes) entram no cálculo do poder, fazendo dos discursos sobre o sexo e das tecnologias de normalização das identidades sexuais um agente de controle da vida.

Reconhecendo a intrínseca dialética constitutiva entre relações sociais e discurso, julgamos que este, ao tratar das relações desiguais de gênero, baseadas numa visão essencialista, pode ser classificado, em analogia com o termo cunhado por Preciado (2011), como discurso sexopolítico.

Derrida (2013), ao problematizar o conceito de mulher, desvincula-o de um padrão e advoga que o termo só pode ser entendido pela pluralidade. Tal noção é posteriormente aproveitada no estudo geral dos gêneros que o autor faz por Butler (2003), para quem a ideia de gênero, enquanto elemento cultural, acaba por encapsular a noção biológica de masculino/feminino relacionada ao sexo, criando padrões compulsórios de comportamentos baseados na heterossexualidade. Estamos assim marcados por uma construção sociocultural que, baseada em nosso falo ou vagina, ditaria nossos performativos em gêneros dicotômicos.

Uma certa desordem surge quando a cultura heteronormativa se vê diante, por exemplo, da intersexualidade, em que pode ocorrer a presença de dois órgãos genitais numa mesma pessoa. Que gênero essa pessoa adotaria? Ou melhor, seria possível essa escolha? E o que dizer, por exemplo, de pessoas transexuais ou travestis, as quais transitam entre esses mundos masculino e feminino, muitas vezes se colocando como não pertencentes a nenhum deles, contestando-os em linguagens? Subvertendo essa noção dicotômica do gênero, Butler se utiliza muito da questão dos travestis e, principalmente, dos *drag queens* para combater a heterocracia.

Ora, muitas vezes os *drag queens* apenas teatralizam gêneros, sem necessariamente quebrarem com a heterocracia. *Já é comprovado pelas ciências exatas* (SPIZZIRRI, 2016) que o gênero também tem seu postulado na morfologia cerebral. Ou seja, pode haver em determinada performatividade de um travesti ou *drag queen* de orientação sexual hétero apesar da estilização do corpo contrária à heteronormatividade.

Ao definir gênero, Butler (2003, p. 59) postula que “o gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser”. Mas fazemos uma crítica a essa pensadora, ao nos perguntar

por que, para subverter a heteronormatividade, ela foca especificadamente os travestis e os *drag queens*? [...] Esta subversão precisa[ria] da “fantasia” quando, não importa o gênero, [pois] somos todos performativos (MARTINS FERREIRA, 2018, p. 86, grifo do original).

Butler (2003) argumenta que não há um sujeito intencional que forma sua própria identidade de gênero, muito menos que haja sexo, a não ser como construção de linguagem, a qual opera performativamente através da repetição dos signos linguísticos, tomados como corpos, ou seja, “a partir da repetição constante de certos atos impingidos no corpo que criamos nossas identidades” (BORBA, 2015, p. 97). Tais identidades *são formadas por regras que “limitam as potencialidades dos gêneros, circunscrevendo-os a um binarismo castrador [...] podemos ser homens ou mulheres (heterossexuais), e aqueles/as que rompem com as possibilidades de classificação, através de suas práticas, [que] são tornados seres abjetos, culturalmente ininteligíveis e/ou desprezados.”* (BORBA, 2015, p. 97). Dessa forma, compreendemos que os gêneros se expressam entre possibilidades e contingências.

A concepção de ato de fala como um ato do corpo (BUTLER, 1997) vai de encontro à concepção de linguagem metafísica como produto da mente distinta do mundo físico e constata que “o sujeito de fala é aquele que produz um ato corporalmente; o ato de fala exige o corpo. O agir no ato de fala é o agir do corpo, e definir esse agir é justamente discutir a relação entre linguagem e corpo.” (PINTO, 2002b, p. 105)

A repetição com possibilidade de ruptura de atos corpóreos nos aponta a iterabilidade (DERRIDA, 1991) como característica constitutiva do gênero, traduzida por uma série de performativos que vão se configurando pelo tempo, exercidos por pessoas diferentes, criando assim expressões de gênero. Essa característica de repetição alia-se a rupturas num (des) *continuum* social.

Entendemos gênero como movimento de linguagem, e, portanto, podemos concebê-lo em consonância com o filósofo francês Derrida, porquanto, segundo Silva, Martins Ferreira e Alencar (2014, p. 30), “o uso da linguagem seria assim uma prática de infinitas repetições com ruptura, as quais são responsáveis tanto pelos processos de certos regimes de significação,

quanto pelos processos de ressignificação”. São os performativos que operam os significados quanto ao gênero, num processo de manutenção e quebras. Nesse contexto, como falar de essência masculina ou feminina?

As leituras de Austin por Derrida (1991) sobre a iterabilidade - propriedade do signo de ser sempre outro na sua repetição, a repetição ligada à alteridade -, e a citacionalidade - propriedade do signo de ser deslocado de um determinado contexto para outro, de modo a engendrar novos contextos, produzir novos significados -, partem da negação da dicotomia estruturalista significante/significado. Nessa negativa, Derrida (1991) afirma que se o significante é móvel, o significado *a priori* não existe, restando-nos a constatação de que a diferença entre os dois é inexistente (DERRIDA, 2004). Transpondo tal pensamento para a noção do gênero, se o sentido deste não existe a princípio, a mobilidade do significante (o corpo) é que vai expressá-lo:

A função do signo é representar uma coisa, um referente, durante a sua ausência. Derrida, no entanto, além de se recusar a tomar o significado como uma unidade ou entidade separável do seu significante, considera que o significado não é mais que o significante posto em determinada relação com outros significantes. A consequência disso é que o significante, não mais se esgotando em sua materialidade, chega a absorver certa idealidade antes conferida somente ao significado. Esse alargamento do significante esboroa a diferença entre os dois lados do signo (FAUSTINO, s/d, serial).

Tal pensamento leva-nos à constatação de que “não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é performativamente constituída, pelas próprias “expressões tidas como seus resultados” (BUTLER, 2003, p. 46). Essa forma de tratar a questão tem como consequência o entendimento de que nem há uma essência masculina ou feminina que forme o sujeito, nem sentidos culturais reinterpretados por ele, já que a noção substantiva do “ele” não existe. Assim, lidamos não com um ser ou com um “a-se-tornar” desse ser, lidamos com o que ele faz, pois, nas palavras de Nietzsche, “o fazedor é uma mera ficção acrescentada à obra – a obra é tudo” (NIETSCHE *apud* BUTLER, 2003, p. 48).

A partir da desconstrução ontológica do sujeito como substância, o foco quanto às identidades de gênero passa a ser as expressões corporais ritualizadas, as quais se constituem como performativos dos gêneros. Encaminhamo-nos assim para o pensamento de Caminha e Martins Ferreira (2015), para quem gênero não deve ser entendido como classe e sim como dimensão. A noção performativa de gênero em Butler (2003), segundo os autores, aponta-nos a possibilidade de contestação da segmentação dos gêneros em padrões. Abrem-se assim espaços para a diversidade de “fazeres” que contestam o imaginário social, numa postura que visa subverter, ou seja,

quebrar com o paradigma eurocêntrico do macho branco, conservador e heterossexual em prol do reconhecimento da existência negra, latina, feminina ou de quaisquer outros modos de ser possíveis no que tange ao prazer e ao desejo – o que os teóricos pós-estruturalistas chamam de *queer* (CAMINHA; MARTINS FERREIRA, 2015, p. 7).

Contradizendo o padrão heteronormativo cultural que se impõe sobre os performativos corporais, os estudos *queer* asseveram que nem existem identidades sexuais a princípio, nem que os desempenhos subjetivos do desejo e afeto possam ser regulados pelos caracteres biológicos. São as *performances* corporais que se transformam em signos, os quais produzem os sentidos, o que nos leva a “classificar os sujeitos pelas formas como eles se apresentam corporalmente” (LOURO, 2000, p. 8).

VIOLÊNCIA LINGUÍSTICA

Segundo Butler (2003), as sociedades tentam impor regulações para classificar e padronizar o comportamento sexual das pessoas e, para conseguir essa homogeneização, muitas vezes, valem-se de estereótipos (em sua fórmula, violentos). Mas os corpos e seus performativos, muitas vezes, não se adequam a essa estilização imposta, notadamente heterossexualizante. Eles podem subvertê-la, desestabilizando organizações socioculturais.

Quando nos referimos à violência, geralmente a concebemos como agressão física, distinguindo-a de um ato dito linguístico. Filiando-nos à teoria dos atos de fala (AUSTIN, 1990), não fazemos tal diferenciação, entendendo que a linguagem é sempre uma realização corpórea com todas as suas implicaturas sociais.

Compreendida como elemento discursivo voltado para a manutenção do poder em nossa sociedade, a violência linguística (SILVA; ALENCAR, 2013), é enfocada na fala do presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, a qual denota uma visão essencialista de gênero com funções excludentes, tendo como alvo o LGBTQI+. Adotamos assim a perspectiva de uma análise linguística que, conforme Silva, Martins Ferreira e Alencar (2014, p. 31), “não pode adotar visões ingênuas sobre o funcionamento da língua em sociedade, e menos ainda, sobre o próprio funcionamento da sociedade”.

Nessa perspectiva, só podemos realizar nossa análise em consonância tanto com o corpo quanto com a violência linguística presentes na linguagem, tomando como elementos fundamentais os contextos de uso e seus elementos constitutivos, notadamente as relações sociais mantidas entre os interlocutores no ato comunicativo.

A noção de gênero, baseada no sujeito enquanto essência, firma-se como uma estrutura de poder (por isso, política), em que os estereótipos colaboram para que o hétero masculino se imponha em relação às demais expressões de gênero.

Creemos que a violência linguística está ligada a uma política de poder performativamente construída através de uma heteronormatividade compulsória (RICH, 2010), a qual, para se manter, rotula os performativos de gênero que não se encaixam no padrão social vigente. O que se coloca evidentemente é que o uso linguístico, sempre situado culturalmente, é uma forma de exercer o poder, derivado e constituinte de uma estrutura social marginalizante.

SIGNIFICAÇÃO: ENTEXTUALIZAÇÃO E INDEXICABILIDADE

A partir de um enfoque dialógico entre contextos, Bauman e Briggs (2006)¹ veem a performatividade como um processo atravessado por eventos da fala que ocorrem antes e depois dela. Por conseguinte, para analisar o processo de significação, não podemos apenas tomar o contexto imediato e seus elementos constituintes. Atos de fala são permeados por situações dialógicas que retomam realidades anteriores e projetam outros contextos. Corroboram esse entendimento Silva e Alencar (2013, p. 135), ao postularem que “os contextos de uso não podem ser vistos como cenas isoladas de um eterno presente, onde dois ou mais indivíduos intencionais interagem; os contextos são, ao contrário, atos históricos e sociais onde dois ou mais agentes sociais interagem por meio da linguagem”.

As (re)significações ocorrem devido a retomadas e projeções de contextos que se dão por meio de signos linguísticos, os quais, nas palavras de Derrida (2004), são sempre citáveis e, por isso, iteráveis. Na esteira desse pensamento, ao adotarmos o diálogo entre contextos, encaminhamo-nos para o dinamismo presente na concepção de Bauman e Briggs (2006), os quais defendem os estudos da linguagem em perspectiva performática a partir não apenas de relações microssociais e interativas imediatas, mas de relações da inclusividade e da falsa objetividade.

A depender do estudioso e das vertentes teórico-metodológicas adotadas, vários fatores, tais como posições sociais, identidades de gênero, intencionalidade e outros mais, podem ser incluídos na análise, de modo que, ao se pretender ser objetivo, a análise acaba por descrever aspectos previamente selecionados desse contexto, o que denotaria o aspecto positivista de sua concepção:

Esta equação “do contexto” com uma descrição “objetiva” de tudo que cerca um conjunto de enunciações tem duas consequências importantes. Primeiro, já que é obviamente impossível apontar todos os aspectos do contexto, o pesquisador torna-se o juiz que estabelece o que merece ser incluído. Segundo, definições positivistas constroem o contexto como um conjunto de condições externas ao discurso e que existem a priori e independentemente da performance. Isto reduz a habilidade do

¹ Embora os autores tratem primariamente da linguagem poética, seus construtos teóricos acerca da performatividade austiniana mostram-se extremamente relevantes para o estudo dos processos de significação.

analista de discernir como os próprios praticantes determinam quais aspectos da interação social em andamento são relevantes e também oculta a maneira como a fala dá forma ao cenário, frequentemente transformando as relações sociais. Reificar “o contexto” também preserva implicitamente a premissa que o significado emerge essencialmente de conteúdos proposicionais livres do contexto, que são então modificados ou esclarecidos pelo “contexto” (BAUMAN; BRIGGS, 2006, p. 200, grifos do original).

Propõe-se então o deslocamento do termo *contexto*² para *contextualização*, a qual “envolve um processo ativo de negociação no qual participantes examinam reflexivamente o discurso de sua emergência, inserindo avaliações sobre sua estrutura e significado na própria fala” (BAUMAN; BRIGGS, 2006, p. 201). Essa perspectiva abre espaço para desconstruir o pensamento ocidental generalizante que nega o poder de reflexão dos falantes sobre seus procedimentos comunicativos. Grupos sociais marginalizados, por exemplo, significam performativamente sua vida social no combate que fazem a processos ideológicos.

Compreender o ato de fala nesses termos implica deslocar o foco do produto para o processo, ou seja, a mudança paradigmática de *texto* para *entextualização* e de contexto para *contextualização*. Tal modificação evidencia o papel fundamental da noção de agência (sublinhe-se a marca linguística de ação dos sufixos nos termos), como se verifica adiante.

A contextualização nega a concepção inclusiva de contexto (determinados fatores sociais/históricos/culturais são tidos como relevantes para sua interpretação) e também vai de encontro à ideia de que existe objetividade na sua definição, haja vista que esta é produzida pela visão de uma pessoa a qual determina aquilo que lhe é relevante. A ideia clássica de contexto também deixa entrever a possibilidade de que os significados emergem de proposições comunicativas que só são explicadas por ele.

Ao verificarmos a dinâmica dialógica que ocorre entre os *contextos*, que é responsável pelo processo de significação, precisamos entender que *contextualização* está intrinsecamente relacionada à *entextualização*, definida como

o processo de tornar o discurso passível de extração, de transformar um trecho de produção linguística em uma unidade – um texto – que pode ser extraído de seu cenário interacional. Um texto, então, nesta perspectiva, é discurso tornado passível de descontextualização. Entextualização pode muito bem incorporar aspectos do contexto, de tal forma que o texto resultante carregue elementos da história de seu uso consigo (BAUMAN; BRIGGS, 2006, p. 206).

²O uso de itálico visa chamar a atenção do leitor para a atual argumentação.

O processo de *entextualização* é entendido como sistema de significação baseado na capacidade de se extrair o discurso presente numa forma linguística de seu *locus* interativo e incorporá-lo em outros discursos. Esse procedimento envolve a possibilidade de um discurso ser (des)(re-)contextualizado em situações interativas, fazendo com que os contextos micro e macrosociais, nele ressignificados, dialoguem na criação da vida social.

Essa “viagem” dos textos de um contexto a outro é capaz de desestabilizar a noção de conceitos cristalizados e, assim, mostrar que não se pode falar em essência a partir do entendimento de que diferentes interpretações surgem a cada novo evento interacional. Ao mesmo tempo, o significado construído nessas interações retoma aspectos históricos dos textos. Precisamos partir de elementos constituintes do texto, enquanto materialidade discursiva, que nos indiquem não só aspectos imediatos, mas também históricos, os quais devem ser levados em consideração para que determinado ato linguístico produza seu efeito de significado.

Vista como processo dinâmico, a *contextualização* passa a ser analisada a partir de aspectos *indexicais* dos textos que não só dinamizam, mas também reproduzem a vida social. A propriedade indexical da linguagem se verifica tanto por conjuntos múltiplos semióticos quanto por signos linguísticos.

De acordo com Silverstein (2003, p. 202, grifos do original),

[...] acontecimentos interacionais são “eventos” sociais e acionais de (até um certo grau de forma determinante) significados culturais interpretáveis apenas na medida em que “instanciam” – indexicamente invocam - tais partições macrosociológicas do espaço social, em termos das quais os valores podem, portanto, ser considerados indexicamente “articulados”.³

Dessa forma, compreendemos que os signos linguísticos indexam significados que são recuperados pelo contexto através de elementos pressupostos (como normas sociais historicamente construídas) e implicações locais (significados emergentes). Tal característica está assim intimamente relacionada ao processo de *(des)(re)contextualização* que aponta para o caráter translocal dos discursos (BLOMMAERT, 2010). Ou seja, temos que

Amplia[r] [...] o foco para além do funcionamento da linguagem em uso, em eventos comunicativos circunscritos a momentos específicos, para a observação do texto percorrendo trajetos múltiplos, de modo que a mobilidade dos textos produzidos construa novas interpretações do contexto interacional a cada fase da *entextualização-descontextualização-recontextualização* (GUIMARÃES; LOPES, 2017, p. 16, grifos acrescidos)

³ Tradução nossa, grifos do original. Texto original: [...] interactional happenings are social-actional “events” of (to a degree determinately) interpretable cultural meanings only to the degree they “instantiate” - indexically invoke - such macro-sociological partitions of social space, in terms of which cultural values can thus be said to be indexically “articulated.”

Assim, sentidos impulsionados por atos de fala locais entreveem discursos, normas, valores e ideologias constituídas em escala global, ou seja, “toda forma linguística refere-se tanto às condições envolventes de sua própria produção quanto à ordem macrosocial maior” (SILVA; ALENCAR, 2014, p. 260). Importante salientar que a *entextualização* (BAUMAN; BRIGGS, 2006) dos discursos, perceptível pela *indexicabilidade*, pode nos revelar como as relações sociais são historicamente constituídas de forma hierárquica, produzindo poder e exclusão.

Tratamos aqui de buscar pistas indexicais (WHORTHAM, 2001) que apontem para um sentido num contexto imediato, reconhecendo que tais pistas trazem consigo outros significados recuperáveis pelo momento enunciativo. Segundo Whortham (2001), tais pistas são subdivididas em: referência, predicação, índices avaliativos e modalidades epistêmicas. Embora tais categorias de análise tenham sido empregadas primariamente para sequências narrativas, sua empregabilidade é pertinente à constituição discursiva presente em vários gêneros textuais por proporcionarem a análise do caráter entextualizante dos discursos.

JOGOS: INTERAÇÃO E CONTEXTEXTUALIZAÇÃO

Ao considerarmos que a linguagem é performativa e que todo ato de fala é um ato do corpo, os signos (re)produzidos formam o gênero, sendo que é justamente a repetição estilizada “que se cristaliza no tempo” capaz de produzir identidades performáticas (BUTLER, 2003, p. 59). Assim, a entextualização proporcionada pela indexicabilidade aponta para a ressignificação identitária de grupos ou indivíduos, considerando que uma parte do contexto anterior é sempre recontextualizada no jogo interativo. Cabe-nos compreender, portanto, as conexões entre o situacional e o global na produção discursiva sobre violência linguística.

A disseminação de informações em escala quase instantânea proporcionada pela *internet* como resultado da globalização tem exigido cada vez mais, por parte de estudiosos e usuários da língua, percepções críticas de como a linguagem é responsável pela (re)criação do mundo. Como nos diz Santos (2003, p. 40), “há uma relação carnal entre o mundo da produção da notícia e o mundo da produção das coisas e das normas”.

Retomando Preciado (2011), sobre como normas discursivas são utilizadas no capitalismo moderno para reger comportamentos sexuais, enfocamos aqui como material de análise uma notícia veiculada pelo portal eletrônico *G1.com*, em 10 de novembro de 2020, com a manchete “Brasil tem de deixar de ser ‘país de maricas’ e enfrentar pandemia ‘de peito aberto’, diz Bolsonaro” (GOMES, 2020, grifos do original). De acordo com o corpo da notícia, o país enfrenta a pandemia da COVID-19, em que 162,6 mil pessoas já haviam morrido e 5,67 milhões de casos foram confirmados.

Podemos identificar, de acordo com Whortham (2001), três pistas indexicais na expressão “O Brasil tem de deixar de ser um país de maricas”:

1. Referência, tida como o processo de nomeação dos elementos do mundo. Ao utilizar referencialmente o índice “país”, Bolsonaro entextualiza/indexa a noção de Estado moderno como elemento unificador cujas diferenças precisam ser anuladas em função do bem coletivo, apregoando que sejam excluídos aqueles que não se adequam a padrões estabelecidos como símbolos do patriotismo. Trata-se, segundo Hall (2015), da nacionalidade como equivalente à identidade;
2. Tal enquadre interpretativo ancora-se também em outra pista indexical, classificada de modalização epistêmica (WHORTHAM, 2001), entendida como o valor de verdade atribuído a uma proposição. Esse modalizador é expresso pela construção verbal “tem de deixar de ser”, em que o político toma como necessidade imperiosa a adoção de determinada conduta por parte dos interlocutores, não dando margem a nenhuma outra percepção da realidade, arrogando a si o *status* de definir o que pode ou não ser encarado como verdadeiro e correto;
3. A predicação, tida como pista indexical caracterizadora dos seres e também podendo se enquadrar no que Whorham (2001) classifica como signos identitários, apontamos, em contexto imediato, para pessoas fracas, incapazes de contribuir para o enfrentamento da pandemia como um problema da nação. Aqui, mais detidamente, podemos verificar como o termo “maricas” é responsável pela entextualização da violência linguística contra gêneros LGBTQI+s com funções excludentes, já que pessoas pertencentes a esse grupo são tidas como fracas, contrapondo-se a um “padrão colonial moderno e binário” (SEGATO, 2012, p. 122), representado pela heterossexualidade.

O signo “maricas” reduz as várias expressões de gênero não-binários, atribuindo a elas uma característica única, a da fraqueza, da incompetência, podendo assim ser encarado como um estereótipo, o qual “É uma simplificação porque é uma forma presa, fixa, de representação, que, ao negar o jogo da diferença (que a negação através do Outro permite), constitui um problema para a representação do sujeito em significações de relações psíquicas e sociais”. (BHABHA, 2013, p. 130)

Percebemos que a estereotipia⁴ de gênero tem a finalidade de determinar o não-pertencimento dos LGBTQI+ à estrutura social tida como correta, ou seja, a que deve ser composta pela figura do “macho”, “hétero” e “corajoso”. Torna-se, assim, um modelo político pautado numa virilidade vinculada ao poder (BOURDIEU, 1999).

Vemos a recontextualização do discurso sexopolítico, em que “O sexo do vivente revela ser uma questão central da política e da governabilidade” (PRECIADO, 2011, p. 12). Assim, práticas sexuais estão relacionadas à própria constituição política do Estado, em que, para servi-lo,

⁴ Estereotipia são signos cristalizados socialmente.

as pessoas precisariam se adequar a uma heterocracia. Em caso contrário, são marginalizadas e violentadas *performances* que destoam desse padrão discursivamente (re)contextualizado.

Essa distinção marginalizante é constitutiva e consequente da violência linguística, que, numa visão pragmática (AUSTIN, 1990), não é representação e sim a própria linguagem, formadora do mundo e das relações sociais.

As pistas indexicais verificadas “[...] atualizam, em suas fórmulas discursivas, formas iterativas de naturalização e legitimação ideológica das relações assimétricas de gênero [...]” (SILVA; ALENCAR, 2014, p. 269). Dessa forma, acreditamos que a violência da linguagem contra gêneros LGBTQI+s se presta a reiterar as várias discriminações sofridas por essa sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nosso percurso teórico-analítico, pautados na visada pragmática da linguagem, verificamos como a violência linguística contra gêneros LGBTQI+s é recontextualizada no discurso sexopolítico por meio da indexicabilidade.

A relação essencializada entre sexo biológico e gênero pode ser contestada pela noção de performatividade, pela qual os gêneros podem ser compreendidos como atos de fala/atos do corpo repetidos dentro de uma estrutura social heteronormativa, os quais são constantemente ressignificados pelos próprios performativos.

A visão radical de gênero como um ato de corpo opõe-se à visão mentalista da linguagem, a qual separa o pensamento do mundo material. Essa materialidade corpórea se expressa através da propriedade iterativa do ato de fala/corpo em repetições e subversões numa estrutura regulatória heterossexual. Tais tentativas de desfazimento das regras heterocêntricas podem ser violentadas pela linguagem.

Verificamos que a violência linguística com funções excludentes, percebida no ato de fala do presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, veiculado pela mídia eletrônica, é fruto da recontextualização de um discurso sexopolítico, no qual se atribui, notadamente pela pista indexical de predicação “maricas”, o estereótipo de fraqueza aos gêneros não-normativos em contraponto à coragem do homem hétero num contexto de enfrentamento da pandemia de COVID-19.

Vemos assim que os contextos não são unidades fixas para a construção dos sentidos. Ao contrário, eles dialogam entre si, sendo os textos, enquanto materialidade discursiva, sempre passíveis de (des)(re)contextualização. Dessa forma, o uso violento da linguagem recria contextos violentos contra os gêneros dissidentes do padrão heterossexual, produzindo marginalidades.

REFERÊNCIAS

AUSTIN, John L. **Quando dizer é fazer**. Palavras e ação. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BAUMAN, Richard; BRIGGS, Charles L. Poética e performance com perspectivas críticas sobre a linguagem e vida social. Tradução de Vânia Z. Cardoso e Revisão de Luciana Hartman. **Ilha - Revista de Antropologia**, UFSC, v. 8, n.1/2, p. 185-229, 2006.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. São Paulo: Pontes, 1991.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Avila, Eliane Livia Reis, Glauce Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013.

BLOMMAERT, Jan. **The sociolinguistics of globalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

BORBA, Rodrigo. Linguística *queer*: uma perspectiva pós-identitária para os estudos da linguagem. **Revista Entrelinhas**, v. 9, n. 1, jan./jun., p. 91-107, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena. Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand, 1999.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Excitable speech: a politics of the performatives**. New York: Routledge, 1997.

CAMINHA, Tibério; MARTINS FERREIRA, Dina M. Estereótipo de gênero e multidimensionalidade: da exclusão à resistência. **Revista Desempenho**, v. 24, n. 1, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rd/article/view/9417>. Acesso em: 22 dez. 2020.

DERRIDA, Jacques. **Esporas: o estilo de Nietzsche**. Tradução de Rafael Haddock Lobo e Carla Rodrigues. Rio de Janeiro: Editora Nau, 2013.

DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. Tradução de Miriam Chnaiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 2004.

DERRIDA, Jacques. Assinatura, acontecimento, contexto. In: DERRIDA, Jacques. **Margens da filosofia**. Tradução de Joaquim Torres Costa e Antônio M. Magalhães. São Paulo: Papyrus, p. 349-373, 1991.

FAUSTINO, Sílvia. Derrida e a linguagem. **Revista Cult**. serial. s/d. Disponível em: revistacult.uol.com.br/home/derrida-e-a-linguagem/#:~:text=A%20função%20do%20signo%20é,determinada%20relação%20com%20outros%20significantes. Acesso em: 15 abr. 2021.

GOMES, Pedro Henrique. Brasil tem que deixar de ser um país ‘de maricas’ e enfrentar pandemia de peito aberto’, diz Bolsonaro. **G1.com.**, Brasília, 10 de nov. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/10/bolsonaro-diz-que-brasil-tem-de-deixar-de-ser-pais-de-maricas-e-enfrentar-pandemia-de-peito-aberto.ghtml>. Acesso em: 10 fev. 2021.

GUIMARÃES, Tayse F.; LOPES, Luiz Paulo M. Trajetória de um texto viral em diferentes eventos comunicativos: entextualização, indexicalidade, performances identitárias e etnografia. **Revista Alfa**, São Paulo, n. 61, p. 11-33, 2017.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12. ed. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

LOURO, Guacira L. **O corpo educado** – pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MARTINS FERREIRA, Dina M. A constituição da identidade do sujeito transgênero: complexidade e designação. **Guavira**, v. 14, n. 28, p. 81-93

PEIRCE, S. Charles. **Escritos coligidos**. 3. ed. Tradução de Armando Mora D’Oliveira e Sérgio Pomeranglum. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

PINTO, Joana P. **Estilizações de gênero em discurso sobre linguagem**. 2002. 219f. Tese. (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002a.

PINTO, Joana P. Performatividade radical: ato de fala ou ato de corpo. **Revista Gênero**, v. 3, n. 1, p. 101-110, 2002b.

PRECIADO, Beatriz. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. **Estudos Feministas**. Florianópolis, n. 19.1, p. 11-29, Jan/Abr., 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104026X2011000100002/18390>. Acesso em: 18 out. 2020.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Tradução de Carlos Guilherme do Valle. **Bagoas Estudos Gays: Gêneros e Sexualidades**, Natal, v. 4, n. 5, p. 17-44, 2010.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **e-cadernos CES**, Coimbra, n. 18, p. 105-131, dez. 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/1533>. Acesso em: 18 out. 2020.

SILVA, Daniel N.; ALENCAR, Claudiana N. de. A propósito da violência na linguagem. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 55, n. 2, p. 129-146, Jul./Dez., 2013.

_____. Violência e significação: uma perspectiva pragmática. *In*: SILVA, Daniel N.; MARTINS FERREIRA, Dina Maria.; ALENCAR, Claudiana N. de (Org.). **Nova pragmática**: modos de fazer. São Paulo: Cortez, p. 259-283, 2014.

_____; ALENCAR, Claudiana N.; MARTINS FERREIRA, Dina M. Uma nova pragmática para antigos problemas. *In*: _____.; _____.; _____. (Org.). **Nova pragmática**. Modos de fazer. São Paulo: Contexto. p.15-39, 2014.

SILVERSTEIN, Michael. Metapragmatic discourse and metapragmatic function. *In*: LUCY, John (Ed.). **Reflexive language, reported speech and metapragmatics**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 33-58, 1993. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/books/reflexive-language/metapragmatic-discourse-and-metapragmatic-function/B688FD3B277218FC2D790F062299C5F2>. Acesso em: 22 dez. 2020.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.

WHORTHAM, Stanton. **Narratives in action**: a strategy for research and analysis. New Iorque: Teachers College Press, 2001.

Recebido para publicação em: 19 abr. 2021.

Aceito para publicação em: 25 ago. 2021.